
TVs Educativas em Minas Gerais: instrumento de manutenção do poder político local?¹

Janaina Visibeli Barros²
Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis, MG
Universidade de São Paulo, SP

Gilson Soares Raslan Filho³
Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis, MG

Resumo

O exercício do poder político e/ou econômico no meio de comunicação de massa é uma ferramenta de produção de consenso indispensável para a conquista da opinião pública. Essa relação mídia-política-poderio econômico no Brasil tem sido intitulada de “coronelismo eletrônico”. Este trabalho se interessa por compreender este fenômeno no Estado de Minas Gerais. O principal objetivo foi realizar um levantamento sobre as organizações detentoras das concessões de TV Educativa no Estado, a fim de verificar em que medida o controle dos meios de produção da comunicação se relaciona com o poder político e econômico regional. A relevância da discussão e os poucos estudos existentes sobre o fenômeno no interior do Brasil, torna oportuna a realização da pesquisa aqui apresentada.

Palavras-chave: Mídia, política, televisão educativa, Minas Gerais

Introdução

No Brasil, apesar das restrições impostas pelo Código Brasileiro de Telecomunicações – CBT – Lei número 4.117/1962, com destaque para o parágrafo 38, que determina que pessoas no gozo de imunidade parlamentar não podem exercer a função de gerente ou diretor de empresa concessionária de TV ou Rádio, políticos atuantes nas instâncias municipais, estaduais e federais são proprietários e/ou dirigentes de veículos midiáticos e grupos de mídias regionais.

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre e doutoranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP; Professora dos cursos de Comunicação e Jornalismo da Universidade do Estado de Minas Gerais, na unidade Acadêmica de Divinópolis; Membro do Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho – CPCT – da ECA/USP e do Grupo de Estudos e Pesquisa das Poéticas do Cotidiano – EPCO/UEMG. E-mail: jvisibeli@gmail.com

³ Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP, Mestre em Literatura Brasileira pela UFMG, Professor dos cursos de Comunicação Social e Jornalismo da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade acadêmica de Divinópolis, Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa das Poéticas do Cotidiano – EPCO/UEMG. E-mail: gilraslan@gmail.com

O primeiro mapeamento desse fenômeno foi produzido por Daniel Hertz, que dispôs as informações para consulta pelo blog “Os donos da Mídia”,⁴ sobre os conglomerados midiáticos e o controle dos meios de comunicação no Brasil. Segundo os dados catalogados, em 2012,⁵ havia, no país, 271 políticos ligados a veículos⁶ de comunicação na condição de sócios ou diretores. Deles, 54,24% eram prefeitos; 20,3%, deputados estaduais; 17,71%, deputados federais e 7,38%, senadores. Os cinco estados com o maior número de veículos nesta situação eram, em ordem crescente, Piauí com 17; Paraná com 23, Bahia com 24, São Paulo com 28 e Minas Gerais com 38 políticos.

O Estado de Minas Gerais, segundo Lima (2011), também foi o que recebeu, no período de 1999 a 2007, o maior número de concessões de rádios comunitárias, 425 num total de 2700 concessões distribuídas no País, o que representa 15,75% das outorgas concedidas no período. Poder-se-ia justificar que Minas, sendo o maior estado do país, em número de municípios, possuía também a maior demanda por outorgas. Essa é uma das justificativas apontadas pela pesquisa de Venício Lima. No entanto, Lima chama a atenção para os dados coletados que revelam um desequilíbrio no número de concessões outorgadas, em especial no período em que Pimenta da Veiga, político mineiro pelo PSDB, foi Ministro das Comunicações, entre 1999 e abril de 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Naquele período, Minas Gerais recebeu 256 outorgas, quase 20% das concessões outorgadas na época. Seu sucessor, Juarez Quadros, ministro no período de abril a dezembro de 2002 concedeu 92 outorgas, 22,28% do que foi outorgado naquele ano e que já tinham sido iniciados na gestão de seu antecessor. Nas gestões que sucederam no governo de Luiz Inácio Lula da Silva houve outorgas para o estado, mas elas caíram de 22,28% para 9,44%.

Quanto a concessão da outorga de exploração do sinal para TV e Rádio por organizações pertencentes a políticos profissionais, além do fato de políticos em exercício serem “donos” de mídia, segundo Lima (2011), Santos e Caparelli (2005), depois que a Constituição de 1988 dividiu entre o Executivo e o Legislativo o poder da concessão, renovação ou cancelamento das outorgas para radiodifusão comercial, educativa e comunitária, a situação de clientelismo e reciprocidade entre parlamentares e

⁴ Os dados consultados no blog “Os Donos da Mídia” foram consultados no ano de 2015. Infelizmente o blog saiu do ar durante o ano de 2016, mas, em função de downloads realizados, mantemos os dados em arquivo particular do EPCO.

⁵ Ano de coleta dos dados disponíveis.

⁶ Todo e qualquer meio de comunicação individual que opere em qualquer suporte. Pode integrar ou não um grupo ou uma rede.

proprietários de radiodifusão tornou-se ainda mais problemática. Isto porque, até a alteração, apenas o Presidente da República tinha o poder sob as outorgas. Com a alteração, políticos profissionais passaram a legislar a favor de seus próprios interesses e dos grupos econômicos dos quais participam, inclusive atuando contra as leis que objetivam democratizar o acesso aos meios de comunicação.

As pesquisas realizadas por Lima (2011) também fazem ver o fenômeno da criação de Fundações educativas e culturais que, ligadas a políticos profissionais, buscam ter a concessão de outorgas de radiodifusão educativas no Brasil, o que tem ampliado a concentração de radiodifusão nas mãos de conglomerados econômicos, já que, segundo o autor, trata-se de Fundações de fachada. Apesar dos dados coletados pelas pesquisas de Lima, a dificuldade de ter acesso aos dados oficiais do setor tem dificultado a realização de um mapeamento mais ampliado e, por isso, há poucas pesquisas sobre o caso das Fundações no país, especialmente das mantenedoras de TVs Educativas, o que tornou oportuna a realização da pesquisa “Coronelismo eletrônico: mídia, poder e política no Estado de Minas Gerais”, que tem sido desenvolvida na Universidade do Estado de Minas – UEMG – unidade de Divinópolis.⁷ Este artigo apresenta uma discussão sobre o arcabouço teórico que sustenta a pesquisa, os objetivos, percursos metodológicos e os dados coletados na região Centro-oeste mineira que foi piloto da pesquisa realizada em 2017.

1. O conceito de coronelismo

O conceito e o uso da expressão coronelismo se deu a partir dos estudos de Vitor Nunes Leal expostos no livro “Coronelismo, Enxada e Voto” em 1948. Segundo Leal, o Coronel era o chefe político local e recebia essa designação como oficial da Guarda Nacional, criada ainda no século XIX. Mas, mesmo depois de extinta a Guarda Nacional,⁸

⁷ O projeto de pesquisa objeto deste artigo está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa das Poéticas do Cotidiano – EPCO/UEMG. A pesquisa tem sido realizada com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG – e pelo Programa de Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais – PAPq – que custeiam as bolsas de iniciação científicas dos estudantes Alexandre Alves Rodrigues e Letícia Castro Salviano, que contribuíram com o levantamento de dados apresentados neste trabalho.

⁸ Segundo Basílio de Magalhães a Guarda Nacional Brasileira foi criada em 1830 pelos liberais do Império e foi auxiliar ao exército brasileiro nas guerras estrangeiras nos anos 1851 a 1852 e 1864 a 1870. Em cada município havia um posto de guarda e a patente de “coronel” era dada ao chefe local da comuna. Este e outros oficiais, assim que eram nomeados, segundo Basílio de Magalhães (1997, p. 290), tratavam de “obter as patentes, pagando-lhes os emolumentos e averbações, para que pudessem produzir os efeitos legais”. Nessa medida, “os homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas – foram tais “coronéis” os que deram ensejo ao significado especial que tão logo elevado posto militar assumiu designado demopsicologicamente ‘o indivíduo que paga as despesas’” (MAGALHÃES, 1997, 291).

o *status* de “coronel” se manteve como um valor cultural que designava os chefes políticos locais. Para o autor, o fenômeno do “coronelismo” se dava pela força da política municipal dos principais coronéis e donos de terra que tinham o voto como moeda de troca, sendo “o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 1997, p. 20). A superposição citada vem da articulação entre o poder privado o poder público. Nessa medida, para Leal (1997, p. 40-41)

o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. (...) Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelistas”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.

O coronelismo da velha República sustentou-se em um Brasil de população majoritariamente rural e com força produtiva no setor agrícola, o que dava aos donos de terra poder sobre seus trabalhadores. Como o voto não era secreto, o “coronel” detinha uma considerável reserva de eleitores que executavam o chamado “voto de cabresto”. O isolamento do município também era fator relevante para a manutenção do exercício de poder dos chefes locais. Leal problematiza que a força local não era, todavia, suficiente por si só para que os padrões de controle de pensamento, instrumentalizados a partir do coronelismo, fossem postos em prática dentro da sociedade. Segundo o autor a falta de força local é que fazia também com que existisse a possibilidade de união e junção de forças entre o poder local e o poder central do país, formando-se assim um acordo político que costurou o coronelismo no Brasil. Para Leal (1997, p. 23), “qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o ‘coronel’, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto”. Nessa medida a troca de favores é um dos alicerces do coronelismo.

Leal, porém, durante seu texto, se mostra esperançoso com a industrialização crescente do país e com a possibilidade de desenvolvimento maior das mídias no território nacional como um todo, que começavam a se expandir naquele momento. Mas essa esperança acabou não se concretizando com a abertura dos sistemas de comunicação e o processo de industrialização brasileiro.

2. Coronelismo eletrônico

No final da década de 1980 o conceito do coronelismo passou a ser associado aos meios de comunicação de massa eletrônicos, especialmente rádio e televisão. Dizia respeito a detenção de concessões de radiodifusão por atores políticos denominados “coronéis eletrônicos”, como se fosse uma atualização do conceito de Leal a partir do advento midiático. No entanto, como explica Santos (2006), a retomada semântica do termo coronelismo, como coronelismo eletrônico, se dá em um momento de transição entre dois períodos políticos – a ditadura⁹ e o sistema democrático -, assim como aconteceu no período histórico analisado por Leal. Para a autora, a distinção se dá em razão das condições históricas compreendidas entre o Estado Novo e a ditadura militar, que impediam o sistema de reciprocidade em função da suspensão das eleições.

O coronelismo eletrônico, todavia, diz Santos (2006), mantém traços do coronelismo propugnado por Leal, como o isolamento da municipalidade, a debilidade dos serviços públicos, o clientelismo e o controle do bem público baseado no poder político em detrimento do poder econômico (SANTOS, 2006; SANTOS e AIRES, 2017). Assim sendo, o coronelismo eletrônico é um

sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre o poder nacional e o poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação (SANTOS, 2006, p. 8).

Para Venício Lima (2011) o “coronelismo eletrônico” se dá em função da adoção do “modelo de curadoria (*trusteeship model*), isto é, da outorga pela União a empresas privadas da exploração dos serviços públicos de rádio e televisão”, durante o regime militar. Há partilha de poderes entre o legislativo e o executivo na concessão de outorgas de radiodifusão. A Presidência da República avalia e encaminha os concorrentes a outorga para que seja deliberada pela Câmara dos Deputados, o que fortalece o sistema de reciprocidade entre os políticos e os proprietários de meios de comunicação, uma vez que, ao conseguir uma concessão por meio de apadrinhamento político, o concessionário deve retribuir o favor feito.

A moeda de troca do coronelismo eletrônico ainda é o voto e por isso o isolamento dos municípios ainda é princípio decisivo, como era na Velha República. Os atores

⁹ Importante destacar que durante a ditadura militar houve grande distribuição de concessões de radiodifusão pelo país. Dentre eles destaca-se o grupo Globo de Comunicações que participou, segundo Bolaños (2007), significativamente do processo de regulamentação da mídia brasileira.

políticos mantêm práticas como arranjar empregos ou levar obras e melhoramentos para sua base eleitoral, que são negociadas pelo líder político local. Ao disporem de recursos midiáticos que geram a dispersão da informação e a produção de consenso da opinião pública, os coronéis eletrônicos criam barreiras que mantêm o isolamento de seus territórios eleitorais em relação a discussões, ou informações, que não são de seu interesse e que podem privilegiar seus concorrentes políticos. Como não dispõem de recursos para sustentar as organizações de mídia locais, muitas organizações buscam afiliações a grupos de mídias, inclusive grupos nacionais, como meio de ofertar conteúdos de qualidade para os territórios onde atuam e manter uma audiência ativa (MARQUES, 2007; SANTOS, 2006).

3. O acesso aos dados sobre distribuição dos meios de comunicação

Venício Lima (2011) pesquisou a distribuição de concessões de radiodifusão no país, especificamente de rádios comunitárias, no período entre 1999 a 2007. Os levantamentos feitos pelo autor mostram que Minas Gerais foi o Estado que mais recebeu outorgas naquele período e isso se deu por influência do então Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, como dito na introdução deste texto. Lima pesquisou mais detidamente as concessões de rádios comunitárias que são mantidas por Fundações ou Associações sem fins lucrativos. O autor percebeu que em função da facilidade de acesso a esta outorga¹⁰ muitas delas eram Fundações de “fachada” que pertenciam a grupos políticos e econômicos e a conglomerados midiáticos comerciais.

Partindo das observações de Lima (2011), dos dados da “Pesquisa Brasileira de Mídia” – realizada por solicitação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República em 2015 – que mostra a TV aberta como principal meio de informação dos brasileiros e, por fim, por não terem sido encontradas pesquisas sobre as Fundações mantenedoras de TV Educativa, nos interessou conhecer como é a realidade das Fundações/Associações que são mantenedoras de TVs Educativas especialmente no Estado de Minas Gerais. O objetivo da pesquisa foi realizar um levantamento sobre as organizações detentoras das concessões de TV Educativa em Minas, a fim de verificar se

¹⁰ A concessão de rádio comunitária também é partilhada pelo executivo e o legislativo, no entanto há uma consideração na lei que a regulamenta que indica prazos limites para que seja acatada a concessão. O executivo analisa e encaminha para apreciação do legislativo, mas se em um prazo de 60 dias não houver pronunciamento da Câmara dos Deputados a concessão é ativada automaticamente. Isso permite ao executivo deter o poder sobre as concessões para rádios comunitárias usando-as em negociações de seu interesse.

e *em que medida* o controle dos meios de produção da comunicação se relacionam com o poder político e econômico regional.

A escolha por Minas Gerais se deveu ao volume de concessões presentes no Estado e, também, pela tradição patrimonialista do Estado que vem desde a época do Brasil Colônia mantendo-se mesmo hoje com a presença de vários setores avançados da economia em seu território. Para Santos e Stevanim (2013, p. 95-96), que estudaram políticos donos de mídia mineiros, o patrimonialismo das famílias locais ainda determina muito deste poder e, principalmente, fortalece a ligação (e mesmo a confusão deliberada) entre o que é público e o que é privado. “As figuras mineiras com atuação no cenário nacional deixaram de ser exclusivamente homens ligados à terra, para desenvolver uma complexa rede de negócios, não raro com subsídio público”.

Santos e Stevanim (2013) apresentam exemplos de domínio local, como os das famílias Andrada em Barbacena, Coelho em Ubá e os Neves em São João Del Rei, nos quais se observa que a influência político-econômica dos atores políticos em seus territórios eleitorais se mantém em sintonia com o controle midiático local. O uso das organizações midiáticas, especialmente radiodifusores, é um instrumento de manutenção das famílias no poder, já que elas reverberam o que é de seu interesse, mas principalmente bloqueiam vozes contestadoras que não possuem acesso aos mesmos meios de distribuição de conteúdo dos “coronéis”.

Apesar da relevância da temática para o campo científico da comunicação e das ciências políticas, pesquisar o coronelismo eletrônico é uma tarefa árdua de investigação. Os dados não estão disponíveis de maneira organizada e transparente; muito do que se tem sobre o tema está organizado em banco de dados particulares de pesquisadores. Não há publicação de listas com diretorias e informações detalhadas dos outorgados contemplados com a concessão de radiodifusão ou sua renovação. Ao contrário, o que se observou nos últimos anos, em especial após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, foi o “apagamento” de informações disponíveis. Em 2011 foi publicada a primeira lista com informações sobre as concessões de radiodifusão e o último acesso a esta lista realizado por nós foi em março de 2016. Atualmente a lista não está mais disponível para consulta. O blog “Os Donos da Mídia” que ofertava um rico acervo sobre as organizações radiodifusoras do país, os conglomerados de mídia e seus dirigentes, também saiu do ar no mesmo ano.

Em função da não transparência, as pesquisas sobre radiodifusão no país são um exercício de investigação de fôlego, pois solicitam do pesquisador investimento de tempo e paciência para “garimpar” dados na “blogosfera”, em redes sociais, materiais noticiosos, arquivos fragmentados, cruzar endereços e buscar rede de parentesco que são estratégias utilizados para ludibriar a regulamentação existente.

Partindo da lista publicada pelo Ministério das Comunicações em 2011 com o nome das Fundações organizadas por município e seus dirigentes, a pesquisa buscou catalogar as Fundações atuantes no Estado de Minas Gerais e atualizar informações sobre seus dirigentes, o que se deu por pesquisa documental que compreende, segundo Sônia Moreira (2008, p. 272), “a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim”. Na pesquisa científica, a análise documental é método, porque, segundo a autora, “pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação”; e técnica, “porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário”.

No esforço de pesquisa, foram encontradas 52 Fundações com concessão para geração de conteúdo e 134 concessões de Retransmissão de conteúdo para TV Educativa no Estado. Em função da quantidade de Fundações levantadas percebemos que seria difícil cumprir todos os objetivos propostos apenas em um ano. Além do volume, a dificuldade de acesso às informações tornava impossível o cumprimento do que foi proposto no prazo previsto. A equipe de pesquisa decidiu que era preciso desmembrar os objetivos em etapas a serem realizadas em anos seguintes. Como ponto de partida, buscou-se conhecer as regiões do Estado onde havia TVE e identificar seus dirigentes, mas deter o olhar sobre as Fundações mantenedoras de TVE na região Centro-oeste mineira. A escolha da região se deu por critério de conveniência. A UEMG unidade de Divinópolis localiza-se nesta região e a proximidade facilita o levantamento de informações sobre as Fundações, em função de conhecimentos prévios. Nessa medida, optou-se por realizar a pesquisa de possíveis conglomerados de mídia ligados às demais Fundações e suas relações políticas, que são mais difíceis de acessar, como segunda e terceira etapa de investigação.¹¹

Por meio de pesquisa no site *Consulta.sócio*, que permite acessar dados de empresas ligadas a pessoas físicas e organizações, foi feita conferência do vínculo dos

¹¹ As escolhas e meios usados para o levantamento dos dados da região podem ajudar a construir instrumentos de pesquisa para o levantamento de dados sobre as Fundações sediadas nas demais regiões.

dirigentes às Fundações mantenedoras de TVE. Neste levantamento, aproveitamos para observar se havia em nome daqueles atores outras organizações de mídia ou do setor produtivo da comunicação e, se houvesse, identificar se eram organizações com fins lucrativos ou não porque estes dados serão importantes para identificar conglomerados de mídia comercial ligados às Fundações nas próximas etapas do projeto. Posteriormente, foi feito o levantamento sobre as regiões mineiras com presença de TV Educativa e se elas tinham concessão para geração ou retransmissão, o que permitiu separá-las segundo esses dois grupos.

Com os dados coletados, passamos à busca de informações sobre as três Fundações que detêm TVE na região do Centro-oeste. Levantaram-se informações sobre as Fundações, se pertencem a grupos de mídia comercial e se possuem relação com representantes políticos. Abaixo apresentamos os resultados.

4. Resultados do levantamento de TVE em Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui 853 municípios. No levantamento feito sobre as TVEs atuantes no Estado, observa-se que 131 cidades possuem concessões para TV¹² e RTV¹³ Educativa em seu território, destinadas a Associações ou Fundações.

Desse número, 49 cidades possuem organizações com outorga para geração de conteúdo. Em Belo Horizonte e Governador Valadares, existem duas concessões para TV destinadas a associações distintas. Poços de Caldas também tem duas concessões de TV, mas sob a tutela da mesma Fundação. Segundo o Decreto-Lei 236/1967 em seu Artigo 12, que estabelece limites para as concessões ou permissões de executar serviços de radiodifusão no território nacional, é permitido até duas concessões para TV aberta e estações radiodifusoras de som ondas médias e/ou frequência média por Estado a mesma organização.

Ao cruzar os dados da tabela com a lista de regiões de Minas, definida pelo Instituto de Geoinformação e Tecnologia de Minas Gerais – IGTEC¹⁴ –, observamos que nas dez regiões do Estado há presença de concessões para TVs e RTV Educativas. O Sul

¹² TV: Organizações de geração de conteúdo para TV.

¹³ RTV: retransmissão de conteúdo televisivo produzidos em outro município.

¹⁴ A opção feita pela tabela do IGTEC se deve ao fato do Instituto apresentar as listas de cidades que compõem cada região, nem sempre disponíveis em outras listas, e porque o planejamento do Estado de Minas Gerais para a gestão 2015-2019, que corresponde a época de realização da pesquisa, se orienta pela definição deste Instituto.

de Minas e a Região Central, que abrange também a região Metropolitana de Belo Horizonte, são as com maior concentração, como observa-se na Figura 1 a seguir.

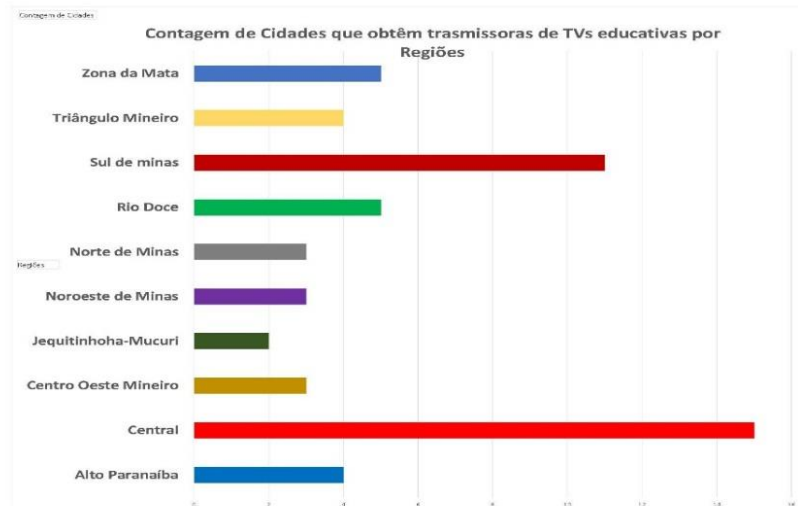


Figura 1 – Outorgas de TVE nas regiões do Estado de Minas Gerais

Segundo os resultados da pesquisa, no Estado de Minas existem 54 concessões para geração de conteúdo e 134 concessões de RTVs.

Das Fundações atuantes no Estado, no levantamento feito a partir dos bens declarados pelos dirigentes, foram encontradas 30 Fundações ligadas a outros veículos de mídia comercial, especialmente radiofônicas. Destas, 26 são Fundações com concessão para geração de conteúdo no Estado, o que fortalece a hipótese de existência das Fundações de fachada.¹⁵ Foram listadas apenas duas TVs Educativas ligadas a instituições de educação, universidades, que também detêm concessão de rádio educativa.

Outra situação recorrente está ligada à presença de Fundações religiosas em muitas localidades, como a Fundação João Paulo II, de Cachoeira Paulista (SP), que controla a rádio e TV Canção Nova, e possui outorgas em várias cidades mineiras. Ao total, listamos 40 concessões de retransmissão. Além deste grupo católico, há também a Fundação Dom Bosco, com onze concessões de RTV no Estado, e a Fundação Século XXI, com três concessões de RTV.

A Fundação José Bonifácio de Andrade, da família Andradas da cidade de Barbacena, citada anteriormente, possui duas concessões de geração e retransmissão e é uma das Fundações ligadas a outros veículos de mídia, como rádios comerciais.

¹⁵ A confirmação da hipótese, só poderá ser feita após pesquisa em profundidade sobre este objetivo específico.

5. A macro região do Centro-oeste mineiro

Na macro região do Centro-oeste mineiro, que possui 56 municípios, foram encontradas três Fundações com concessão para TVE: Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas, na cidade de Formiga; Fundação Jaime Martins em Divinópolis e Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu em Itaúna. A pesquisa mostra que as três organizações têm relação com políticos de primeiro ou segundo escalão.

A Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu, chamada também de TV Cidade, em Itaúna, até 2011 tinha em seu quadro de sócios o político Gustavo Mitre. Atualmente quem aparece nas listagens de dirigentes da TVE é sua esposa, Natália Corradi Drumond e mais dois sócios, sendo um deles cunhado de Mitre, Rodrigo Corradi Drumond, e Jardel Magalhaes Pereira. Gustavo Mitre foi candidato a deputado federal em 2014 e candidato a vice-prefeito em 2016, porém não ganhou em nenhuma das eleições. Era afiliado ao Partido Humanista da Solidariedade e hoje em dia exerce a função de chefe de gabinete municipal de Itaúna. Importante dizer que a Fundação produz conteúdo próprio, mas o distribui a partir de uma concessão de Retransmissão pertencente a Fundação Educativa e Cultural José Alves Ferreira de Oliveira – denominada TVI –, com sede em Pará de Minas. Apesar da classificação do IGTEC separá-las em regiões diferentes, são cidades vizinhas e pertencem ao mesmo território eleitoral.

A Fundação Jaime Martins, que mantém a TV Candidés em Divinópolis, indica em seu nome a relação com o deputado federal Jaime Martins Filho, atualmente afiliado ao Partido Social Democrático, eleito a primeira vez em 1983 e que está no quinto mandato consecutivo. A Fundação carrega o nome de seu fundador, Jaime Martins do Espírito Santo, pai do deputado federal, que também teve uma extensa carreira política: foi vereador em Nova Serrana de 1958 a 1962 e vice-prefeito de Divinópolis de 1973 a 1977. De 1982 a 1997,¹⁶ cumpriu quatro mandatos consecutivos como deputado estadual em Minas Gerais. Sua mãe, Maria de Lourdes Martins, foi vice-prefeita de Divinópolis no período de 2004 a 2007.

¹⁶ O fim de sua carreira se deu por seu falecimento em março de 1997.

Na cidade de Formiga, a Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas, cujo nome fantasia é “TV Oeste”, tem como presidente Jaime Mendonça, que, entre 1988 e 1991, foi prefeito da cidade, pelo Partido da Frente Liberal. Ele tem seu próprio programa de entrevista na TV (“Programa Jaime Mendonça na TV”) no qual faz entrevistas com outros políticos locais, padres da região e autoridades. Outro diretor da Fundação é Alessandro Resende Pieroni, irmão de Alvano Pieroni, ex-vereador e ex-prefeito do município pelo Partido da República. O terceiro sócio, Marcio Gato, foi vereador entre 1989 e 1991 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Em relação a serem ou não organizações pertencentes a grupos de mídia comercial, a pesquisa mostra que duas das TVEs fazem parte de conglomerados de mídia local.

Em Formiga, a TV Oeste faz parte de um conglomerado de mídia regional ligado a um de seus diretores, Jaime Ribeiro de Mendonca¹⁷. Ele detém as outorgas de seis rádios comerciais, sendo elas Rádio Educadora de Arcos, Rádio Regional de Santo Antônio do Amparo Ltda, Vida Fm Campo Belo, Moreira Comunicações Ltda, Rádio Alternativa e Comunicação de Passos, Rádio Serra Negra Fm Ltda e Rádio Divinal Fm Ltda. Nem todos os municípios onde há concessões são vizinhos da cidade de Formiga, mas todos compõem uma macro região eleitoral.

Nas consultas feitas ao nome do atual presidente da Fundação Jaime Martins, mantenedora da TVE “Candidés” em Divinópolis, Diogo Andrade Vieira, não revelam ligações com grupos de mídia. Mas ao cruzar endereços e ao visitar o *site* da TV,¹⁸ observa-se a ligação da TVE com o sistema de mídia comercial “Mayrink Pinto Aguiar - MPA”, constituído por três rádios FM e uma AM todas comerciais – Rádio Nova FM, Rádio 94 Live, Rádio Minas FM e AM. Além delas o grupo também é proprietário de empresa de *outdoor* e promoção de vendas na cidade. Mayrink é diretor comercial da TV Candidés. Na parte comercial do *site*, é possível observar que a TV é ofertada no pacote de produtos do conglomerado de mídia local, como um produto comercial para os anunciantes da região.¹⁹

¹⁷ Também são diretores concessionários da Fundação: Alessandro Resende Pieroni, Marcio Guilherme Gato de Castro.

¹⁸ <http://www.sistemampa.com.br/>

¹⁹ Na listagem de 2011 publicada pelo Ministério das Comunicações, havia uma rádio em Nova Serrana no nome do Deputado Federal Jaime Martins Filho, que não pertence mais ao Deputado. Nova Serrana faz parte do território eleitoral de Jaime Martins Filho.

Conclusão

Os dados da pesquisa realizada em Minas Gerais mostram que há grande número de Fundações com conteúdo em circulação no Estado, por meio de concessões de radiodifusão para TVs Educativas presentes em 131 cidades. Não é possível a princípio saber o perímetro de alcance destas organizações.

No primeiro levantamento feito sobre o patrimônio empresarial dos diretores das Fundações, foram encontradas trinta Fundações que têm em seu quadro proprietários de mídias comerciais, o que sugere haver participação das concessões de TV Educativa em conglomerados de mídia comercial. Esta articulação das Fundações com outros veículos de mídia, como acontece nos dois casos citados do Centro-oeste mineiro, fere o propósito da TV Educativa, cujos objetivos são exclusivamente educacionais, além da exigência de serem vinculadas a instituições de ensino e transmitirem conteúdo educativo, conforme regulam o Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e a Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999.

Quanto a análise da macro-região do Centro-oeste mineiro, observa-se que as TVs Educativas têm relação com políticos atuantes em suas regiões e duas fazem parte de conglomerados de mídia comercial. Esta informação permite afirmar que na região as TVs Educativas pertencem a Fundações de fachada, que buscam deter a outorga do canal de comunicação para fins privados e não para fins educativos de defesa dos interesses públicos.

A pesquisa buscou discutir o tema do coronelismo eletrônico, fenômeno que é pouco estudado em função das dificuldades de acesso as informações, mas também, como ressaltam Santos e Aires (2017), por falta de interesse dos pesquisadores, que atualmente se voltam mais a compreender as tecnologias de informação e comunicação contemporâneas ligadas a internet.

No território nacional brasileiro, ainda é por meio da tv que a maior parte da população se informa, como mostram os dados do Ministério das Comunicações em pesquisa realizada em 2016.²⁰ Nessa medida, deter outorgas de radiodifusão de TVs, que

²⁰ Pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República em 2016 revela que apesar da Internet a TV aberta ainda é o meio de comunicação de massa mais acessado pelos brasileiros. “Maior levantamento sobre os hábitos de informação dos brasileiros, a “Pesquisa Brasileira de Mídia 2016” (PBM 2015) revela que a televisão segue como meio de comunicação predominante, que o brasileiro já gasta cinco horas do seu dia conectado à internet e que os jornais são os veículos mais confiáveis. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos->

produzem conteúdo local, ainda hoje é uma poderosa ferramenta de manutenção e defesa do poder privado de grupos políticos-econômicos que atuam como donos de seu território. Prova disto, tem sido o empenho do Presidente Michel Temer que, desde que assumiu a presidência da República, tem realizado várias ações voltadas para a (des) regulamentação da comunicação e a radiodifusão, dentre elas a liberação da venda de outorgas (BARROS; RASLAN FILHO, 2017). Nessa medida, discutir a temática e realizar pesquisas sobre o fenômeno permitirão a formação de sujeitos mais críticos e conscientes do problema para a sociedade civil. Esperamos com a pesquisa contribuir com o campo científico da comunicação para conhecermos melhor o interior profundo do país.

Referências Bibliográficas

BARROS, Janaina Visibeli; RASLAN FILHO, Gilson Soares. Mídia, poder e política: a (des)regulamentação das comunicações no Governo Temer. IN: **Congresso Brasileiro de Comunicação**, 40, Curitiba, PR, Anais (on line) São Paulo: Intercom, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0289-1.pdf>

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.** – Brasília: Secom, 2015.

Brasil. PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.** – Brasília : Secom, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº4117 de 27 de Agosto de 1962. Lei de Telecomunicações.** Legislação Federal. Sítio eletrônico internet. planalto.gov.br. Acesso em 24/3/2017.

BRASIL. **Ministério da Casa Civil. Decreto Nº 2.108, de 24 de dezembro** de 1996. Legislação Federal. Sítio eletrônico internet. planalto.gov.br. Acesso em 31/3/2017.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo: Paulus, 2007.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1997.

LIMA, Venício Arthur de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos.** São Paulo: Paulus, 2011.

MAGALHÃES, Basílio de. Notas. In: VITOR, Nunes Leal. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1948. p. 289- 291.

SANTOS, Susy dos; AIRES, Janaine. **Sempre foi pela família: Mídia e políticas do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

_____. E-Sucupira: o coronelismo eletrônico com herança do coronelismo nas comunicações brasileiras. In: **E-COMPÓS – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**. Vol. 7, 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/104/103>

_____; STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. Porteira, radiodifusão, universidade etc... os negócios do coronelismo eletrônico em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**. Nº 02, 2012. Disponível em: <http://rbpc.lapcom.unb.br/index.php/revista/article/view/24>.

_____; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLANO, César Ricardo Siqueira. **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulos, 2005, p. 77-102

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.